



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2017
------	------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA
-------------	-----------------------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORRECIONADA	VARA DO TRABALHO DE POSSE
----------------------	---------------------------

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	02/04/2004
---------------------------	------------

JUIZ TITULAR:	WHATMANN BARBOSA IGLESIAS
---------------	---------------------------

TITULAR DESDE:	24/01/2013
----------------	------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	01/12/2015
-------------------------	------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/10/2016 a 30/09/2017
-----------------------	-------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Luduvicé	Assistente
Ana Flávia de Paula Guimarães	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2014	2015	2016	2017**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	467	952	678	394
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	522	891	709	440
3	Produção	112%	94%	105%	112%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	475	812	725	531
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	65	126	110	61
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	369	507	460	309
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	29%	27%	28%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	10%	12%	12%	12%
9	Execuções iniciadas	171	319	197	85
10	Execuções encerradas	105	69	138	303
11	Execuções baixadas	116	71	151	309
12	Execuções pendentes de encerramento	322	622	644	386
13	Execuções pendentes de baixa	490	724	763	541
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	117	87	120	156
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	69%	72%	73%	78%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	81%	91%	85%	64%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	40%	39%	41%
18	Índice de conciliação da unidade	42%	51%	49%	28%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2017 referem-se aos meses de janeiro a setembro.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	Whatmann Barbosa Iglesias
---------------------	----------------------------------

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	x	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	x	x	x	x	x

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
--	---

São duas semanas de audiências por mês. Sem a presença do Juiz, só audiências de conciliação no Núcleo.

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	SIM	NÃO
	-	-
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		x
Ordinário		x

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	35
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	51

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	x	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	206
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	21
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

* Dado apurado em 31/10/2017.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	14
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	x	x

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	1	0
Sentença na fase executória		0
Embargos de declaração		0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da conclusão	Dias em atraso	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	61	64
Ordinário	55	75

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	6	1
Ordinário	8	1

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	9	6

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	3	3

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	4	4
Atualização de cálculos	2	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9	9

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	24	37
Ordinário	26	39

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada em 4/10/2016 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/09/2015 à 31/08/2016.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Antônio César Batista Cordeiro	Diretor de Secretaria	Efetivo
Augusto César dos Santos e Silva	Assistente de Diretor – FC 5	Efetivo
Elinho José de Jesus Souza		Efetivo
Flávia Teixeira Baptista	Secretária de Audiências	Efetivo
Claudio César Ferreira da Silva	Assistente de Juiz	Efetivo
Karine Fabielly do Nascimento Coimbra		Efetiva
Lúcio de Faria Lima Ferreira	Oficial de Justiça	Efetivo
Fernando Rodrigues da Silveira		Efetivo
Mai Li Campos e Silva		Efetivo
Pedro Henrique de Jesus Sarassua		Estagiário - inicio contrato em 05/10/17
Vitoria Rodrigues de Sousa		Estagiário - inicio contrato em 05/10/17

* A unidade não possui claro de lotação.

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	12
Notebooks	2
Impressoras	2
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	2
Leitores óticos	0

4.2 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x (houve aumento de consumo por conta da irrigação da grama)
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	x
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	x
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	x
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	x

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.		x	
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correccionado?	x		
3	A Unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	x		
4	A Unidade revisa e, se for o caso, procede à retificação dos dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto nos artigos 46 e 47 do PGC, no artigo 26, parágrafo 3º da Resolução 136/2014 do CSJT e Provimento SRC 03/2016?	x		
5	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Provimento SCR nº 3/2016)?		x	
6	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
7	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
8	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
10	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		x	
11	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	x		Portaria VT Posse nº 003/2016, que instituiu o Núcleo de Conciliação
12	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	-	-	
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências unas, iniciais e de instrução estão sendo designadas para novembro/2017.
14	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		x	
15	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	x		
16	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
18	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
19	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
20	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
21	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?		X	
22	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)		X	
23	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "i" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
24	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
26	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?		x	
27	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT ?	x		
28	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	x		
29	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações, especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	x		
30	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do artigo 40, parágrafo 4º, da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
31	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	x		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
32	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	x		
33	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) e as datas de inscrição, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
34	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a dívida, conforme artigo 8º da Lei nº 6.830/80? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	x		
35	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	x		
36	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		Mai Li - Portaria Vara do Trabalho de Posse-GO sob o nº 1/2014) Elinho - Portaria VT Posse nº 02/2016 Cláudio César – Portaria VT Posse nº 01/2016
37	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.	X		Não houve processo que se enquadrasse

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SIMBA	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

6.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias		X
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6.3 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correicionado: Outubro de 2016 a Setembro de 2017	
Grupo de até 750 processos	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
VT DE POSSE	28961	49542
Grupo de 751 a 1000 processos	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
VT DE PIRES DO RIO	2055	3676
VT DE FORMOSA	466	669

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 05/06/2017.

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - A observância às disposições contidas nos arts. 76 e 81 do PGC, fazendo constar nas atas homologatórias de acordos, além dos esclarecimentos acerca da importância do cumprimento das obrigações previdenciárias, da necessidade de envio de informações à Previdência Social, da possibilidade de parcelamento do débito junto à Secretaria da Receita Federal, bem como a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP e a expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, nos termos do artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado nos itens 7.2 – 4 e 12 do Relatório de Correição;	X		
7.1.2 - A liberação do depósito recursal, independentemente de requerimento da parte, nos termos do artigo 195 do PGC e do artigo 66, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, quando, ocorrendo o trânsito em julgado da sentença condenatória, a decisão for líquida ou o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, conforme apurado no item 7.2 – 17 do Relatório de Correição;	X		
7.1.3 - Que este juízo se abstenha de realizar audiências iniciais sem a presença de um magistrado, notadamente quanto à prática de atos privativos de juiz, como o recebimento de defesa a abertura de prazo à parte contrária para manifestação. A atuação do Núcleo de Conciliação sem a presença de um magistrado somente pode ocorrer para registrar proposta de acordo entre as partes, mediante Termo de Conciliação, que será submetido posteriormente ao magistrado para homologação. Não havendo conciliação, deverá ser designada audiência inicial;	X		
7.1.4 - Que este juízo se abstenha de impedir o acesso de qualquer cidadão a esta Vara do Trabalho, salvo quando ocorrer a perturbação da ordem;	X		
7.15 - Que seja providenciado, com a urgência possível, um monitor para a sala de audiências do Núcleo de Conciliação, a fim de que os ilustres advogados possam acompanhar os registros feitos nas respectivas atas, antes de serem submetidas à apreciação do magistrado.	X		

7.2 – Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, CUMPRINDO o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOOrd-0010042-15.2016.5.18.0231; RTSum-0010667-49.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010006-36.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010063-54.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010034-38.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010402-47.2016.5.18.0231; RTSum-0010376-49.2016.5.18.0231; RTSum-0010528-97.2016.5.18.0231; RTSum-0010266-50.2016.5.18.0231).
2	Nos processos a seguir relacionados, com SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0010528-97.2016.5.18.0231; RTSum-0010609-46.2016.5.18.0231; RTSum-0010073-98.2017.5.18.0231; RTSum-0010153-62.2017.5.18.0231; RTSum-0010101-66.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010217-72.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010520-23.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010185-67.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010706-46.2016.5.18.0231).
3	Nos processos a seguir relacionados, com SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum-0010528-97.2016.5.18.0231; RTSum-0010609-46.2016.5.18.0231; RTSum-0010073-98.2017.5.18.0231; RTSum-0010153-62.2017.5.18.0231; RTSum-0010101-66.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010520-23.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010185-67.2017.5.18.0231).
4	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOOrd-0010250-62.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010416-31.2016.5.18.0231; RTSum-0010139-78.2017.5.18.0231; RTSum-0010171-83.2017.5.18.0231).
5	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010721-15.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010004-66.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010029-79.2017.5.18.0231; RTSum-0010002-96.2017.5.18.0231; RTSum-0010026-27.2017.5.18.0231; RTSum-0010052-25.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010416-31.2016.5.18.0231; RTSum-0010139-78.2017.5.18.0231; RTSum-0010171-83.2017.5.18.0231).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTOOrd-0010721-15.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010004-66.2017.5.18.0231; RTSum-0010002-96.2017.5.18.0231; RTSum-0010026-27.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010250-62.2017.5.18.0231; RTSum-0010139-78.2017.5.18.0231; RTSum-0010171-83.2017.5.18.0231).
7	Nos processos a seguir relacionados foi constatado que a Secretaria da Vara do Trabalho notifica as partes a comparecerem perante à respectiva VT, para Audiência Inicial, aplicando-se as cominações previstas no artigo 844 da CLT em caso de não comparecimento. A audiência é realizada na sala do Núcleo Permanente de Conciliação da Eg. VT, sob a condução do conciliador/diretor de secretaria, nos termos da Portaria VT POSSE nº 01/15 (revogada pela Portaria VT POSSE Nº 003/2016, datada de 06/09/2016); em seguida, o termo de acordo é remetido ao magistrado para deliberação (processos: RTSum-0010002-96.2017.5.18.0231; RTSum-0010026-27.2017.5.18.0231; RTOOrd-0010416-31.2016.5.18.0231).
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTSum-0000068-85.2015.5.18.0231; RTSum-0000026-36.2015.5.18.0231; RTOOrd-0000166-70.2015.5.18.0231; RTOOrd-0000172-77.2015.5.18.0231).

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema SAJ-18 o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0000629-12.2015.5.18.0231; RTSum-0000068-85.2015.5.18.0231; RTSum-0000026-36.2015.5.18.0231; RTOOrd-0000166-70.2015.5.18.0231; RTOOrd-0000172-77.2015.5.18.0231).
10	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, DESCUMPRINDO o disposto no parágrafo 4º do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0010269-05.2016.5.18.0231; RTSum-0010548-88.2016.5.18.0231; RTSum-0010549-73.2016.5.18.0231).
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança corretamente o movimento referente ao início da execução previdenciária, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010548-88.2016.5.18.0231; RTSum-0010549-73.2016.5.18.0231; RTSum-0010266-50.2016.5.18.0231; RTSum-0010051-74.2016.5.18.0231).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0010269-05.2016.5.18.0231; RTSum-0010548-88.2016.5.18.0231; RTSum-0010549-73.2016.5.18.0231).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante determinação judicial, extingue a execução quando fracassadas as tentativas de utilização dos convênios previstos no artigo 159 do PGC e quando o valor das contribuições previdenciárias for inferior a R\$ 20.000,00, DESCUMPRINDO o disposto nos artigos 179, parágrafo único, e 180 do PGC. O procedimento acima descrito descumpe, também, as orientações previstas no Ofício Circular nº 11/2012/TRT18-SCR (processos: RTOOrd-0010448-36.2016.5.18.0231; RTSum-0010266-50.2016.5.18.0231; RTSum-0010051-74.2016.5.18.0231).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os movimentos referentes ao início e fim da execução trabalhista, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010042-15.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010063-54.2017.5.18.0231; RTSum-0010552-28.2016.5.18.0231; RTAlç-0010711-68.2016.5.18.0231).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e INFOJUD. Constatou-se, ainda, que a Vara do Trabalho NÃO EXAURE o rol de tentativas de constrição antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 40 da LEF), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, DESCUMPRINDO, assim, o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTOOrd-0000986-89.2015.5.18.0231; RTSum-0000370-51.2014.5.18.0231; RTSum-0000620-50.2015.5.18.0231).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal ao exequente, após a liquidação da sentença transitada em julgado, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOOrd-0010372-12.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010042-15.2016.5.18.0231).
17	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, CUMPRINDO o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOOrd 0010273-08.2017.5.18.0231; RTSum 0010276-60.2017.5.18.0231).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO faz termo de remessa, tampouco há indicação do rito adotado, do nome do Juiz prolator da sentença e certificação dos feriados, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010491-70.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010538-44.2016.5.18.0231; RTSum-0010505-54.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010731-59.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010705-61.2016.5.18.0231; RTSum-0010627-67.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010292-48.2016.5.18.0231).
19	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010491-70.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010538-44.2016.5.18.0231; RTSum-0010505-54.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010731-59.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010705-61.2016.5.18.0231; RTSum-0010627-67.2016.5.18.0231).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010491-70.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010538-44.2016.5.18.0231; RTSum-0010505-54.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010731-59.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010705-61.2016.5.18.0231; RTSum-0010627-67.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010292-48.2016.5.18.0231).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010491-70.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010538-44.2016.5.18.0231; RTSum-0010505-54.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010731-59.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010705-61.2016.5.18.0231; RTSum-0010627-67.2016.5.18.0231; RTOOrd-0010292-48.2016.5.18.0231).
22	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 02/05/2017 e 29/09/2017, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 15 (quinze) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 7 (sete) processos.
23	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 02/05/2017 e 29/09/2017, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira.
24	Analizados, em 11/10/2017, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 6 (seis) dias para solução de incidentes na fase de execução, SUPERIOR aos cinco dias para julgamento previsto no artigo 885 da CLT (Processos: 10052-59.2016.5.18.231, 937-48.2015.5.18.231 e 67800-64.2007.5.18.231).

